

Adesão à democracia: uma revisão literária das hipóteses presentes na cultura política

Eduardo Alves Lazzari¹

Introdução

Este trabalho visa abranger o debate acadêmico que envolve a discussão sobre a aderência à democracia, mobilizando os chamados modelos racionalistas e culturalistas que explicariam essa aderência ou apoio a diversas dimensões do regime democrático. Em outras palavras, este é um trabalho que objetiva fazer uma revisão bibliográfica de quais seriam os fatores determinantes, na opinião pública, para seu apoio ao regime democrático. Vale dizer ainda que, nessa tarefa, será dado um enfoque maior para a adesão à democracia propriamente dita, como o entendimento de que a despeito de todos os seus problemas, a democracia seria a melhor forma de governo, a chamada hipótese de Churchill, e para a confiança em instituições representativas, como os partidos políticos. Em outras palavras, essas atitudes possuem lugar privilegiado nesse texto.

Cada autor, a partir de alguns célebres marcos teóricos (EASTON, 1975; NORRIS, 1999), argumenta qual atitude seria a melhor para captar a relação da opinião pública com diversas dimensões do regime democrático que podem ser investidas de confiança ou valor, dando o tom para tamanha diversidade nas análises empenhadas por cientistas políticos nacional e internacionalmente.

O objetivo da primeira seção é ilustrar quais são esses marcos teóricos, uma espécie de introdução para a formulação dos modelos que visam explicar a adesão democrática nas seções seguintes. Essas discorrerão sobre os chamados modelos racionalistas e culturalistas: os primeiros se debruçam sobre avaliações de resultados, como o apoio à política econômica do governo; avaliação que, sob uma perspectiva culturalista “forte” (PRZEWORSKI; CHEIBUB; LIMONGI, 2003), revelaria uma adesão conjuntural e não um posicionamento “autenticamente” democrático, no campo dos valores; os segundos dão considerável importância aos valores democráticos difundidos na sociedade, sendo esses possivelmente sujeitos à renda, escolaridade, idade, raça, entre outros. Nestes, os trabalhos de Putnam (1997) sobre capital social, Inglehart (1999) e Inglehart e Flanagan (1987) sobre pós-materialismo têm importância central para apreender a complexidade do campo.

Em seguida, será feito um apanhado da produção brasileira no tema, algo essencial à luz de uma discussão que é sobremaneira influenciada pela literatura internacional. Por fim, as considerações finais são feitas em concomitância com a crítica institucionalista feita à grande área do culturalismo, não ao polo culturalista da discussão sobre

1 Eduardo Alves Lazzari, bacharel em Relações Internacionais pela PUC-SP e mestre em Ciência Política na USP. Pesquisa na área de comportamento eleitoral, cultura política e desigualdade. Email: eduardo.lazz@hotmail.com

a adesão à democracia. Adota-se tal configuração, pois o olhar crítico do institucionalismo complementa a visão que esse artigo pretende dar dessa discussão, assim como se joga luz sobre as lacunas conservadas no tema, possivelmente contribuindo para seu preenchimento e superação.

Os marcos teóricos

De imediato, faz-se necessário expor a vasta gama de variáveis dependentes e outros fenômenos de interesse que permeiam o campo e que dão luz do quão complexa e dispersa é a área.

Por exemplo, alguns autores como Dalton e Wattenberg (2000) acreditam que a variável de maior interesse é o partidarismo, isto é, aqueles respondentes que afirmaram possuir algum tipo de simpatia a pelo menos um partido político são considerados partidários. A queda desse indicador sinalizaria o aumento da distância entre as partes.

Diferente desses autores, Norris (2011) trata das aspirações democráticas dos respondentes como principal indicador de apoio ao regime democrático e a outras dimensões do regime democrático, como as instituições políticas. Maiores as aspirações, acompanhadas por piores avaliações, maior o déficit democrático e maior seria o contingente de cidadãos insatisfeitos com essas instituições.

Grosso modo, isso se deve à dependência para com as pesquisas de opinião pública, os *surveys*. A quantidade de atitudes que são mensuradas nessas pesquisas leva a um dissenso acerca de qual seria a mais interessante para o campo. Elucidativo disso são os trabalhos de Torcal, Gunther e Montero (2002) e Torcal e Montero (2006).

No primeiro trabalho, os autores desenvolvem dois tipos de “antipartidarismo”. O primeiro deles seria um antipartidarismo reativo, ou seja, uma hostilidade proveniente

de sucessivas avaliações ruins da performance do regime democrático. O segundo seria o antipartidarismo cultural, uma atitude que assenta a hostilidade a partidos políticos em tradições históricas e nos valores da cultura política.

Existiriam também efeitos diferentes sobre o comportamento político do cidadão, a depender do tipo de antipartidarismo presente. O antipartidarismo cultural geraria menor interesse e menor engajamento geral na política, ao passo que o antipartidarismo reativo seria fortemente associado à participação e sofisticação política. Assim, o primeiro seria mais ritualístico e reflexo de determinada socialização e o segundo mais oscilante e associado à performance.

Nota-se que diferentes dimensões ou atitudes vão constituir o antipartidarismo cultural ou reativo. Se o respondente avalia que os partidos são iguais, independentemente das discussões que ocorrem entre eles, por exemplo, ou afirma que partidos apenas servem para dividir as pessoas, se teria um respondente culturalmente antipartidário, ao passo que a afirmação de que regimes democráticos são viáveis sem partidos políticos indicaria um respondente “antipartidário reativo” pela avaliação negativa de que compartilha.

No primeiro caso, arbitrariamente se estabelece que a avaliação de que partidos são todos iguais afeta a versão cultural do antipartidarismo, bem como se estabelece que o entendimento de que a democracia seria capaz de funcionar independentemente de partidos políticos constitui a versão reativa do antipartidarismo. No entanto, a avaliação de que partidos são todos iguais pode refletir uma tendência centrípeta do sistema partidário, no caso de sistemas multipartidários moderados (SARTORI, 1982), onde estes realmente seriam semelhantes, sendo uma característica advinda da performance

do regime, por conseguinte, sem estar, portanto, relacionada ao compartilhamento de valores naquela sociedade de que partidos políticos são iguais.

Por outro lado, avaliar que a democracia pode funcionar sem partidos políticos pode refletir uma cultura autoritária que é expressa de maneira ritualística no momento de aplicação da pesquisa, sendo, na verdade, uma dimensão de antipartidarismo cultural.

Contudo, não obstante as críticas que poderiam ser feitas a esses trabalhos, indubitavelmente, estes avançaram na análise de quais fatores afetam a atitude dos indivíduos em relação a partidos políticos, que tipos de atitudes são importantes para compreender essa relação e quais são os efeitos dessas atitudes. Esses avanços são caudatários da obra seminal de Easton (1975).

Um inequívoco marco teórico no campo, seu trabalho possibilitou tal refinamento na área que tornou as variáveis dependentes de interesse no campo mais complexas, como criou as fundações para os principais modelos explicativos para as atitudes da opinião pública.

Grosso modo, Easton (1975) fez seu trabalho com a distinção entre apoio difuso e apoio específico. Faz-se necessário explicitar que o autor entende como apoio uma orientação favorável ou negativa de uma pessoa em relação a um objeto. A distinção entre tipos de apoio se fazia necessária, pois a existência contínua de atitudes negativas perante a democracia, ao mesmo tempo que esse regime se mantinha como único regime político viável, por conseguinte, investido de legitimidade, indicava que certo apoio era referente ao seu funcionamento, enquanto outro se referia à sustentação do regime *per se*, segundo o autor.

Apoio específico seria o produto da satisfação obtida por eleitores das decisões, políticas e resultados apresentados pelo regime. O mesmo seria uma resposta, uma reação, “indiretamente relevante” (EASTON, 1975, p. 437) para a sustentação do regime e da comunidade política.

É concebível que uma pessoa tenha pouca confiança nas autoridades políticas e nem mesmo acredite em sua legitimidade. Mas, se ela perceber que suas demandas foram atendidas, a mesma pode estar disposta a dar um apoio limitado aos incumbentes. (EASTON, 1975, p. 438, tradução minha)².

Em contrapartida, o apoio difuso é um apoio abstrato ante aquilo que o objeto, a autoridade ou a entidade em questão representa, dado que o apoio específico é um que deriva da performance percebida do regime; o apoio difuso é mais durável ou estável do que o específico, sensível e suscetível a variações de curto prazo. Por essas características, este tipo de apoio seria mais importante para a estabilidade do regime, sendo suas fontes o processo de socialização do eleitor desde sua infância até idade adulta e experiência direta.

Subjaz em sua argumentação que uma das dimensões de apoio difuso é a legitimidade, mas também faz parte dela o entendimento de que confiança também é uma dimensão constitutiva de apoio difuso. Em tese, essa seria uma crença de que seus interesses serão, em geral, atendidos pelas autoridades. A ausência da confiança indicaria que as autoridades e as instituições representativas não têm mais o apoio necessário para operar o regime. Por certo, tal argumentação influencia consideravelmente as preocupações em torno dos efeitos da desconfiança

2 “Conceivably a person may have little trust in the political authorities and may not even believe in their legitimacy. But, if he perceives that his demands have been met, he may be prepared to extend limited support to the particular incumbents in office” (EASTON, 1975, p. 438, no original).

generalizada em partidos políticos, apesar do dissenso acerca de seus efeitos.

A centralidade da obra está no lançamento das fundações dos modelos racionalistas e culturalistas. Aqui é fundamental fazer uma digressão a respeito dos termos empregados nesse artigo. Tanto o modelo racionalista quanto o culturalista integram a área da Cultura Política, ou o culturalismo, de modo que ambos partem do pressuposto, ainda que em intensidades diferentes, de que de alguma maneira o comportamento da opinião pública importa para a sustentação do regime. Na linha do que Przeworski, Cheibub e Limongi (2003) colocam, os modelos racionalistas se distanciarão da vertente “forte” do culturalismo, ao passo que os modelos culturalistas seriam a manifestação “forte” desse campo. Até a última seção, nós nos atemos à discussão interna entre racionalistas e culturalistas para, quando tratarmos da crítica institucionalista na última seção, expandir o entendimento do termo “culturalismo” à grande área da Cultura Política.

Retomando, se o apoio específico se refere à performance do regime e se prevê uma interação entre esta performance e o apoio difuso – já que Easton (1975) reconhece que o apoio difuso é afetado pela experiência direta – é plausível supor que a avaliação que se faz da performance do regime vai afetar a confiança que se tem em suas autoridades e instituições, seja considerando a avaliação das políticas públicas apresentadas pelo Estado, seja considerando o cumprimento de princípios democráticos, como o império da lei.

Por outro lado, se o apoio difuso também é afetado pela socialização, variáveis que acessem diferenças individuais como confiança interpessoal, renda e escolaridade também são relevantes para a confiança em instituições representativas. Eis os centros dos modelos racionalista e culturalista, respectivamente.

É de Norris (1999a) o outro marco teórico que serve à pesquisa. A autora parte da distinção feita por Easton (1975) e supõe que existem cinco dimensões de apoio, em outras palavras, cinco dimensões do regime democrático que são objeto de apoio. A primeira – e mais abstrata – seria a comunidade política. Nessa, o membro de uma comunidade pode manifestar seu apoio indicando que se sente parte desse grupo ou é orgulhoso de ser brasileiro, por exemplo. Relaciona-se, portanto, com a dimensão da *polity*; a segunda seria o regime democrático em si, seus princípios, ou seja, a avaliação do respondente de que o regime democrático é o melhor, o mais justo ou superior a outros regimes; em seguida, emerge a avaliação da performance do regime, uma avaliação acerca de seu funcionamento, propriamente dito. Por fim, as duas últimas dimensões são as instituições representativas do regime, como partidos políticos, e as autoridades do regime, políticos em geral. À medida que se parte da primeira para a quinta e última dimensão, mais próximo se estará do apoio específico. Consequentemente, o apoio à comunidade política indicaria a dimensão mais próxima do apoio difuso.

A divisão proposta por Norris (1999a) é importante, pois demonstra que cidadãos podem manifestar seu desacordo a partidos políticos, sem condenarem o regime, algo que é empiricamente investigado em seu livro, ilustrando que coexistem altos níveis de apoio à comunidade política e aos princípios do regime democrático, ao mesmo tempo que existem tendências erráticas em relação à performance do regime e às autoridades, com uma tendência decrescente de confiança nas instituições representativas, como partidos políticos. É justamente essa possibilidade que viabiliza a emergência do que a autora chama de cidadãos críticos, isto é, cidadãos democratas, que exprimem seu

apoio à comunidade política e aos princípios do regime democrático, mas que desconfiam de partidos políticos e não possuem deferência para com as autoridades que, ao invés de se absterem da participação política, os mesmos se engajam politicamente para aprimorar o sistema político democrático de suas comunidades. Seu trabalho ilustra, portanto, que essas dimensões são conceitual, analítica e empiricamente distintas, exigindo que pesquisadores interessados no tema tenham consciência da multidimensionalidade que é inerente ao apoio ou à adesão à democracia. Com efeito, o trabalho de Norris (1999a) indica que existiriam fatores proeminentes para definir a confiança em partidos políticos, mas que não afetam as outras dimensões, necessariamente.

Modelos racionalistas

Há um claro enfoque nessa vertente de modelos na efetivação do apoio específico (EASTON, 1975). Conforme o autor, se o apoio específico varia de acordo com o desempenho do regime, variáveis que captem a situação econômica ou o desempenho de instituições seriam as melhores alternativas para explicar o nível de confiança em partidos políticos.

Nessa vertente, testam-se três hipóteses, grosso modo. A primeira envolve a qualidade procedimental do regime democrático, outra envolvendo, mais especificamente, a performance econômica e, por fim, outra formulando o argumento de que a avaliação da performance do regime está associada à preferência eleitoral do respondente, manifestada no sufrágio anterior – algo importante em estudos de caso – ou à configuração institucional daquele regime democrático, como sistema eleitoral, federalismo, presidencialismo etc. – importante em estudos comparados. Esses argumentos formulam

as chamadas hipóteses de performance ou as hipóteses avaliativas.

Ainda que o argumento seja simples e direto: melhor a performance, maior o apoio à democracia ou menor a probabilidade de se desconfiar de partidos políticos, dois conflitos emergem a partir dessa argumentação: i) qual é o nível de análise que as variáveis que mensuram essa avaliação devem assumir, ou seja, se questiona se se deve captar a performance do regime, conforme ela é interpretada pelo indivíduo ou se ela deve ser mensurada no nível nacional – agregado – para investigar como essa avaliação afeta a adesão democrática; e ii) que tipo de performance importa para o apoio ao regime, sendo nesse conflito que as três hipóteses avaliativas emergem.

Por um lado, variáveis em nível agregado, como índice de crescimento do PIB, proporção de desempregados ou rendimento nacional bruto, ainda que forneçam um panorama preciso da situação econômica num país, não são capazes de elucidar como, mesmo em um país em franco crescimento, o desempenho econômico está sendo efetivamente sentido e percebido pela população. Por exemplo, um país pode desfrutar de forte crescimento ou forte reversão de um quadro de crise, mas este não é sentido pela população, que, hipoteticamente, retira apoio à democracia, algo não captado por esse indicador agregado.

Por outro, variáveis em nível individual seriam mais adequadas, pois exprimiriam de maneira explícita o posicionamento do respondente, sendo possível traçar sua trajetória, opinião e posição na sociedade, diminuindo a probabilidade de falácia ecológica, típica de variáveis em nível agregado. Não obstante, a avaliação subjetiva do respondente pode não corresponder à realidade, refletindo, na verdade, uma tendência favorável ao governo, ao partido no poder ou a

alguma entidade ou ator que influencia positivamente sua avaliação sobre a economia.

O outro conflito que emerge trata do tipo de performance que é avaliada pelo respondente. A distinção é formalizada na obra de Norris (2011), ainda que a celeuma esteja difusa no campo. Por essa razão que adotaremos a nomenclatura da autora para formular a hipótese de cada um dos argumentos.

Em primeiro lugar, haveria a performance procedimental, ou política para alguns autores, como Miller e Listhaug (1999). Essa performance é baseada na qualidade da democracia percebida pelo respondente, como o respeito ao império da lei ou o combate à corrupção. Para os autores, isso diria respeito à conservação dos principais direitos civis e políticos, como liberdade de expressão, pensamento e isonomia jurídica, num regime democrático.

A dimensão impõe consideráveis dificuldades para mensurar esse tipo de avaliação. Afinal, em países autoritários, o respondente pode se sentir constrangido em expressar seu descontentamento com o regime, em especial considerando que a simples manifestação de desacordo significa um agravio ao regime. Ademais, estabelecer uma relação causal entre o apoio à democracia e essa avaliação subjetiva representa um considerável desafio. Inexiste qualquer garantia ou controle de que esse posicionamento não represente o viés da própria cultura política em que o sujeito se insere, onde a insatisfação para com o funcionamento da democracia, sob a perspectiva procedimental, é reflexo de um ceticismo arraigado naquela cultura, sendo a resposta, na verdade, um posicionamento ritualístico de desacordo.

De qualquer modo, a hipótese da avaliação procedimental é intuitiva: pior a avaliação, maior a probabilidade de se desconfiar de partidos políticos, por exemplo. Nessa linha, destacam-se os trabalhos de Mishler

e Rose (1997, 2001). Os autores investigam o fenômeno de confiança especialmente em sociedades pós-comunistas. Vale dizer que os mesmos usam como variável dependente um indicador que generaliza confiança em instituições políticas, como o parlamento e partidos políticos.

Sistematicamente, seus trabalhos demonstram que a performance é fundamental para uma atitude positiva da opinião pública perante diferentes dimensões do regime democrático. No caso, as variáveis da performance procedimental – aumento percebido da liberdade, de justiça e influência (MISHLER; ROSE, 1997) – mostraram-se menos importantes para essa confiança generalizada do que as variáveis de performance econômica, ainda que significantes do ponto de vista estatístico. Na verdade, são esses dois grupos de variáveis – de performance procedimental e econômica – que se mostram os mais influentes nos modelos testados. O mesmo pode ser dito para o trabalho seguinte sobre a confiança em instituições políticas (Idem, 2001).

A avaliação da performance econômica ou dos produtos ofertados pelo poder público teriam a mesma lógica que a avaliação procedimental: pior a avaliação da economia, menor é a confiança em partidos políticos. Em primeiro lugar, é fundamental frisar uma crítica importante a esse tipo de hipótese. Dada a natureza política da confiança em partidos ou adesão democrática, seriam políticos os fatores que influenciam essa confiança. Em segundo lugar, fez-se essa distinção entre performance econômica e dos produtos ofertados pelo poder público, pois a avaliação dos chamados *outcomes* do sistema político podem se debruçar tanto sobre a situação econômica em geral, finanças pessoais e status empregatício quanto sobre políticas públicas, como destacado por McAllister (1999).

Nos trabalhos de Norris (2011), a autora demonstra, recorrendo ao World Value Survey (WVS), a forte correlação entre esse tipo de performance, sobretudo nas avaliações subjetivas da economia, como finanças pessoais, e déficit democrático, ao passo que nem todos os indicadores de performance no nível agregado se mostraram significativos e as variáveis que captavam a performance de políticas sociais como gastos em saúde, mortalidade infantil e taxa de alfabetismo mostraram baixa correlação e nenhuma significância estatística.

Com efeito, as hipóteses da avaliação procedimental e da avaliação econômica foram as que receberam a maior atenção nos modelos racionalistas. Ademais, o impacto do desempenho, sobretudo econômico, se mostra sistematicamente relevante em democracias avançadas (NORRIS, 2011; MCALLISTER, 1999; MILLER; LISTHAUG, 1999), como também em sociedades pós-comunistas (MISHLER; ROSE, 1997, 2001).

Mesmo assim, ainda resta uma última hipótese que se enquadra nos modelos racionalistas: a performance institucional. Por sua vez, essa hipótese se assenta sobre a premissa de que diferentes instituições apresentam desempenhos diferentes. Modelos ditos consociativos (LIJPHART, 2003), por normalmente estarem associados a maior inclusão, já que seriam supostamente mais afeitos à inclusão de minorias em arenas representativas, produziriam mais “vencedores”, de modo que os interesses de uma quantidade maior de pessoas seria atendida, aumentando a confiança em partidos políticos, diferentemente de modelos ditos majoritários. Por outro lado, o mesmo aconteceria com arranjos federativos ou sistemas eleitorais proporcionais. O primeiro por acomodar os interesses divergentes de diferentes regiões e o segundo por facilitar a inclusão de minorias, similar ao modelo consociativo.

No entanto, uma série de questionamentos emerge desse tipo de hipótese. Em primeiro lugar, esse tipo de generalização não é capaz de identificar as regras que, de fato, determinam o nível de inclusão de um determinado regime político, ou seja, arranjos federativos podem reduzir a autonomia fiscal, política e/ou econômica dos entes subnacionais, deixando ao governo federal a responsabilidade por decidir acerca dessas esferas, superando qualquer preocupação pelas especificidades dos interesses de cada ente subnacional desse arranjo. Diz-se aqui que os efeitos dessas instituições não podem ser facilmente previstos pela teoria, algo que permanecerá presente nas pesquisas que se debruçam sobre essa hipótese.

O quadro fica evidente a partir dos resultados contraditórios observados. Controlando por fatores econômicos, culturais e sociais, Norris (1999) demonstra que sistemas majoritários – em comparação com presidencialistas – e sistemas bipartidários ou multipartidários moderados têm um efeito positivo sobre confiança institucional. Assim como arranjos federativos teriam um efeito negativo sobre essa confiança. Porém, esses efeitos são pequenos e, como já dito, não elucidam os efeitos institucionais, já que acobertam as diferentes regras que operam essas instituições, sem auxiliar na construção de uma hipótese mais clara acerca desses efeitos.

O mesmo ocorre em Norris (2011), mas dessa vez as variáveis do sistema eleitoral, o sistema parlamentarista ou o presidencialista e a organização estatal – federativa ou unitária – não apresentaram significância estatística. A única tida como relevante foi o apoio individual ao partido do governo, isto é, a identificação do respondente com o partido incumbente na arena nacional.

Em estudos de caso, testa-se se a identificação com o partido incumbente tem

algum impacto sobre o apoio à democracia. Testa-se, em outras palavras, se os “vencedores” das últimas eleições nacionais têm mais chances de serem democratas. Essa formulação se encontra num modelo racionalista por ter a premissa que a avaliação da performance do regime é condicionada à identificação partidária do respondente, afetando o desempenho percebido pelo mesmo.

Contudo, modelos racionalistas têm dificuldade em explicar diferenças sistemáticas no nível de confiança em partidos ou confiança interpessoal que existem entre diferentes regiões e continentes, como demonstra Norris (2011), indicando a presença de algum fator cultural afetando essas atitudes. Não só, se a confiança em partidos nos EUA, por exemplo, se consolidou atualmente num patamar inferior ao existente na década de 1960, de modo que seria plausível supor que o desempenho atual – seja sob a perspectiva procedimental, econômica ou institucional – desse Estado é sistematicamente inferior ao apresentado em 1960, todas as vezes, desde o referido ano? Caso contrário, por que a confiança não recuperou o terreno perdido desde então? As evidências indicam, ao menos nesse caso, fatores mais estáveis da confiança em partidos políticos e nas autoridades, em geral, exigindo que se investiguem os fatores culturais que influenciariam essa atitude. É essa a tarefa da próxima seção, sobre a qual os modelos culturalistas se debruçam.

Modelos culturalistas

Enquanto a influência do trabalho de Easton (1975) é muito mais clara nos modelos racionalistas, os modelos culturalistas se revelam caudatários de uma longa tradição na Ciência Política na área de Cultura Política e, é claro, do trabalho supracitado, ainda que por um caminho mais tortuoso.

Há uma clara influência do trabalho de Easton (1975) nesses modelos quando tratamos da perenidade da confiança política, quando determinada por fatores culturais, e de como a confiança é impactada por fatores contextuais, como renda e escolaridade, que criariam as condições que vão determinar tendências culturais para o apoio difuso. Esses fatores contextuais são caros às hipóteses pós-materialista e de socialização.

Em primeiro lugar, assim como o apoio difuso era para Easton (1975), um tipo de apoio mais resistente a variações em curto prazo, seria possível observar uma trajetória mais estável desse apoio ao longo do tempo. É o que ocorre em relação às dimensões mais abstratas de apoio à democracia, como aderência à comunidade política e aderência aos princípios ideais do regime democrático (NORRIS, 1999). Em segundo lugar, também é o que ocorre acerca das diferenças constantes que existem entre países de apoio às dimensões mais específicas da democracia, como deferência para com autoridades e confiança em partidos políticos (KLINGEMANN, 1999).

Quanto à influência da Cultura Política, destaca-se o trabalho de Almond e Verba (1989). A obra dos autores é seminal para a área de Cultura Política. Como se sabe, os autores realizaram pesquisas de opinião pública em cinco países, a saber, Estados Unidos, Reino Unido, Itália, Alemanha e México. O argumento central da obra – e que influencia sobremaneira nas reflexões acerca do impacto que a desconfiança teria sobre o regime – é de que a cultura política de uma comunidade deve ser compatível com suas instituições, cerne do chamado culturalismo “forte”. Os autores distinguem três tipos de culturas políticas, bem como estruturas políticas: paroquial, súdita e participante.

Caso a cultura política de uma comunidade fosse altamente participante, isto

é, engajada politicamente e crítica, grosso modo, na eventualidade das instituições dessa comunidade serem paroquiais (pouco inclusivas e refratárias à participação), haverá instabilidade. A cultura política serve de elo que vincula instituições políticas e sociedade.

Para os autores, o cidadão de uma comunidade participante é um que compartilha de uma cultura cívica, onde, concomitantemente, é aderente às leis de sua comunidade e engajado para o aprimoramento de suas instituições. Reside aí, inclusive, o cerne da consternação provocada em alguns com índices baixos de confiança em partidos políticos. Parca confiança produziria distanciamento para com as instituições políticas, sendo incompatível com o regime democrático, ou produziria hostilidade ante as instituições centrais para o seu funcionamento. De qualquer forma, existiriam nesses casos condições para uma debilidade crescente do regime democrático em processar e resolver conflitos.

Reitera-se que não é objeto deste trabalho tratar dos efeitos que a desconfiança vai ter sobre o comportamento político da opinião pública. Entretanto, parte da discussão em cultura política a premissa de que determinados valores consolidados numa comunidade vão determinar a conduta e as atitudes da opinião pública em relação às instituições representativas e ao regime democrático, em geral.

Sob outra perspectiva, se as causas da desconfiança nos modelos racionalistas estão na oferta ou nos ofertantes do Estado, isto é, aqueles responsáveis pelos *outcomes* do sistema político, em que se parte deles a produção de confiança ou desconfiança, nos modelos culturalistas, a causa ou origem da confiança está na própria opinião pública. No caso, mudanças paradigmáticas na cultura política explicariam a queda da confiança

em partidos políticos nos Estados Unidos e, conseqüentemente, poderiam ser estendidas a explicações para qualquer comunidade política. É, portanto, sobre essas premissas que as hipóteses subsequentes vão ser fundamentadas. Estaria na própria opinião pública as causas da desconfiança política.

Hipóteses da socialização

Converse (1969) chamou de “*partisan push*” a tendência geracional que existiria no partidarismo, ou seja, pessoas cujos pais se identificavam ou votavam sistematicamente em um determinado partido tinham mais chances de se identificar com essa mesma legenda. O fenômeno era explicado a partir da socialização de determinados valores na infância do respondente que aumentavam a propensão em votar como seus pais. Esse é o típico mecanismo que argumentos de socialização vislumbram. A depender do contexto em que o indivíduo se insere, ele se torna mais propenso a apresentar mais ou menos confiança em partidos políticos. No entanto, como essa predisposição é definida culturalmente, não é possível estabelecer um sentido claro e válido para todos os países de como a renda, por exemplo, vai afetar o apoio à democracia. Conseqüentemente, variáveis como gênero, raça, renda e escolaridade não são simples variáveis de controle, elas podem revelar uma situação em que fatores contextuais determinam a confiança em partidos políticos.

Por exemplo, uma associação entre desconfiança e raça, onde pessoas negras têm maiores chances de desconfiar de partidos, ou uma associação entre o gênero feminino e a ausência de apoio à democracia pode indicar a baixa representatividade desses grupos nas arenas legislativas e nos cargos do Executivo e do Legislativo no Brasil.

Hipótese da confiança interpessoal

A hipótese de confiança interpessoal é caudatária do trabalho de Putnam (1995). Segundo o autor, a confiança entre os indivíduos de uma mesma sociedade é fundamental para o associativismo, em primeiro lugar, e, em segundo lugar, para o vigor da democracia. A preocupação do autor emerge a partir da constatação de que essa confiança entre estranhos estaria caindo nos EUA. Enquanto os cidadãos americanos nas décadas de 1950 e 1960, por exemplo, participavam ativamente em diversas associações, os cidadãos americanos atualmente são caracterizados pela apatia e pelo distanciamento para com esse tipo de associação.

Há um entendimento de que existe uma predisposição do indivíduo desconfiado de seus congêneres em sua sociedade de também desconfiar das instituições representativas. Ou ainda, existem tentativas de tratar do tema em nível agregado, já que parca confiança interpessoal indicaria condições gerais que tornam mais oneroso investir confiança em alguém ou em alguma entidade, a depender do país que se analisa.

Newton (2006, p. 93) argumenta, por exemplo, que “as tradicionais medidas de confiança são interpretadas como julgamentos sobre o mundo externo no qual elas se encontram”, de modo que o pesquisador deveria analisar indicadores agregados sobre o quanto aquela sociedade inspira confiança ou quais as chances da sociedade como um todo ter confiança nos outros ou em instituições políticas. Sob essa perspectiva, condições econômicas, medidas em nível agregado, explicariam a confiança média que comunidades políticas têm.

Infelizmente, o autor apenas ilustra a associação entre a porcentagem de pessoas que confiavam no parlamento em 65 países analisados no WVS com a confiança

interpessoal nos mesmos países, sem controlar por quaisquer outras variáveis. Mesmo assim, o “impacto” da confiança interpessoal sobre confiança no parlamento é bastante limitado.

Norris (2011) também se interessou pelo tema e investigou o impacto da confiança interpessoal sobre as aspirações democráticas e o déficit desse regime. A autora encontrou um efeito positivo dessa variável sobre aspirações democráticas e o déficit que os respondentes manifestam. Desse modo o argumento sugere que a confiança interpessoal vai afetar negativamente a probabilidade de se desconfiar de partidos políticos.

Hipótese pós-materialista

A obra de Inglehart e Flanagan (1987) é, com certeza, o principal expoente da teoria pós-materialista. Segundo a teoria, valores pós-materialistas – como a priorização pela manutenção ou criação de direitos civis e políticos, ou ainda a defesa à causa ambiental – emergiriam quando uma sociedade dispõe de tal segurança material que a cultura política se desloca e passa a operar sob um eixo em que a criação de empregos fica em segundo plano. Entretanto, em que momento valores pós-materialistas teriam condições de prosperar e quais são esses valores?

Segundo ele, a ocorrência de valores desse tipo se deve à tese da utilidade marginal decrescente, isto é, no nível nacional ou agregado, o crescimento econômico passa a ter um impacto menor sobre a qualidade de vida, assim como a atratividade de políticas redistributivas cai, a partir do momento que certo limiar de riqueza é superado.

Recorramos à mesma analogia que o autor. O efeito da riqueza sobre a taxa de mortalidade é maior numa sociedade pobre em relação a uma sociedade rica. Por exemplo,

o aumento de 10% na quantidade de médicos de uma sociedade com poucos profissionais da saúde é maior do que o mesmo aumento sobre uma sociedade que já tem amplo atendimento desses profissionais, de modo que o acréscimo de renda ou riqueza na vida de indivíduos de sociedades ricas segue uma evolução curvilínea sobre a qualidade de vida desses indivíduos – um impacto íngreme no início da trajetória e um impacto limitado ao seu final. O mesmo ocorreria com plataformas redistributivas. Enquanto plataformas redistributivas seriam muito atraentes para um eleitorado marcado por extrema desigualdade, à medida que essa sociedade se torna menos desigual e o poder aquisitivo da população aumenta, menos pessoas estão inclinadas a adotar plataformas redistributivas, pois estariam satisfeitas com a renda auferida.

No longo prazo, parece existir uma tendência para que a busca pelo interesse econômico próprio atinja um ponto de retorno decrescente em sociedades industriais avançadas, gradualmente dando espaço a motivações pós-materialistas, incluindo uma maior ênfase à solidariedade social. (INGLEHART; FLANAGAN, 1987, p. 1292, tradução minha)³.

O deslocamento para questões pós-materialistas se daria, portanto, pela menor preocupação com questões econômicas ou materiais, propriamente ditas, pois estas estariam asseguradas, ainda que possam ser comprometidas numa eventual situação de crise econômica. É digno de nota que esse deslocamento seria gradual. Afinal, a redução do efeito marginal do crescimento econômico sobre a qualidade de vida ou a atratividade de políticas redistributivas não acontece

abruptamente, mas conforme mais pessoas têm suas necessidades materiais atendidas.

A “solidariedade social” à que o autor faz referência no excerto não é no sentido de aprofundar políticas sociais – ao menos aquelas de cunho materialista –, mas sim dar maior ênfase à solidariedade que pode ser estabelecida entre grupos sociais, conforme questões étnicas, de orientação sexual e de gênero pautam injustiças no interior da comunidade. Disso se desprende que os valores pós-materialistas envolvem interesses para a eliminação de preconceitos e discriminação sobre minorias, como imigrantes, membros da comunidade LGBT, mulheres etc.

Reforçando, a prioridade é dada a essas questões, deixando as tradicionais questões que marcam indelevelmente eleições nacionais, como crescimento econômico, emprego e indústria, por exemplo, em segundo plano.

No nível individual, segundo o autor, o argumento seria corroborado pela tendência de queda nas votações para partidos trabalhistas, social-democratas e pelo crescimento de partidos ecologistas, os chamados partidos verdes, pautados por questões ambientalistas, também inclusas no rol de interesses dos valores pós-materialistas.

Vale lembrar que a tendência de queda não é clara em partidos de direita, de centro ou conservadores, sendo uma evolução errática. Por essa razão que o autor entrará num debate com Flanagan (1987) sobre a coexistência de dois eixos estruturantes dos sistemas políticos em democracias avançadas, opondo pós-materialistas e materialistas, sendo esses divididos pelo tradicional eixo de esquerda e direita, em que pese a crítica de Flanagan (1987) sobre a existência de uma

3 “In the long run there seems to be a tendency for the pursuit of economic self-interest itself to reach a point of diminishing returns in advanced industrial societies, and gradually give way to postmaterialist motivation, including greater emphasis on social solidarity” (INGLEHART; FLANAGAN, 1987, p. 1292, no original).

divisão adicional entre a nova esquerda e a nova direita (INGLEHART; FLANAGAN, 1987).

Indivíduos pós-materialistas são identificados em *surveys*, segundo Inglehart, quando se aponta, explicitamente, que pautas LGBT e ambientalistas são prioridade ao respondente, em detrimento das pautas ditas materialistas, como emprego e inflação. Em termos práticos, o respondente é apresentado a um cartão listando quatro políticas, sendo que o mesmo tem que escolher duas políticas para priorizar. Logo, se um cartão apresentasse as seguintes políticas: manutenção da ordem, defesa de direitos civis, controle da inflação e defesa de pautas ambientais, caso o respondente optasse por priorizar a defesa aos direitos civis e as causas ambientais, esse seria enquadrado como pós-materialista.

Trazer essa hipótese para o caso brasileiro é, obviamente, desafiador. Supor que o Brasil atingiu um grau de desenvolvimento que permite que um grupo considerável de pessoas ignore as condições materiais do país, bem como seus níveis de crescimento econômico não só parece irreal como vai contra a resistente desigualdade brasileira e à configuração econômica da região (HUBER; STEPHENS, 2012). Assim como todas as hipóteses ilustram a marcada influência da literatura estrangeira na discussão sobre as atitudes políticas da opinião pública, a hipótese pós-materialista explícita, portanto, o quão premente é a tarefa de tratar como essas hipóteses já foram testadas no caso brasileiro. Esse é o objeto da próxima seção.

As explicações do caso brasileiro

Partindo efetivamente para os estudos brasileiros das atitudes da opinião pública, ressaltam-se dois fatores: primeiro, por certo estaremos cometendo injustiças em deixar de incluir alguma obra relevante para o campo, entretanto, cremos estar apresentando

um conjunto relevante de obras na Ciência Política brasileira; segundo, mais uma vez, a diversidade de variáveis dependentes de interesse nos trabalhos é notória.

Vale dizer que a Ciência Política brasileira se utiliza regularmente de estudos quantitativos para investigar a adesão à democracia no País. Algumas bases se destacam, como o consórcio Latinobarômetro que apreende a opinião pública de 18 países latino-americanos, o Latin American Public Opinion Project (LAPOP) e o Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), conduzido desde 2002 pelo Centro de Estudos de Opinião Pública da Unicamp, em São Paulo. Por si só, a criação e manutenção de pesquisas de qualidade foram responsáveis e essenciais para a produção de estudos no tema na América Latina e no Brasil, mitigando a carência de dados que caracterizava o estudo da opinião pública latino-americana e brasileira, em especial antes dos anos de 1990.

Caudatário desses avanços, a explosão da capacidade computacional para a realização de testes estatísticos também contribuiu para o avanço da área no País. Por trabalhar principalmente com questionários, os métodos empregados focam na análise de dados categóricos, de forma que os trabalhos recorrem desde a tabelas de contingência até análises fatoriais e regressões logísticas para avaliar se diferentes atitudes compõem um mesmo constructo analítico, bem como estimar os efeitos da avaliação procedimental ou do capital social, por exemplo, sobre a probabilidade de se aderir à democracia.

A visão da democracia segundo brasileiros

Sendo assim, vale iniciar nosso balanço nacional com um trabalho que abordou a visão dos latino-americanos sobre democracia, como é o caso de Korstanje (2007), que trata da evolução das percepções de

latino-americanos sobre a democracia utilizando o Latinobarômetro. Na chamada hipótese de Churchill, mostra-se que entre 1996 e 2004, a maior parte dos 18 países contemplados pela pesquisa apresentou uma queda na taxa desse apoio. Ao total, na América Latina, o apoio no período compreendido pela análise caiu 8 pontos percentuais, sendo que apenas Chile, Honduras e Venezuela apresentaram um crescimento desse apoio – vale dizer que este acusou um forte crescimento de 12 pontos percentuais, sendo que o Brasil teve uma queda de nove pontos ao longo do período. Mesmo assim, em média nos países latino-americanos em 2004, 53% afirmavam que a democracia é a melhor forma de governo.

Contudo, Fuks et al. (2016) questionam esse majoritário apoio à democracia. Em geral, trabalhos como os de Klingemann (1999), Moisés e Meneguello (2013) e Korstanje (2007) são capazes de ilustrar um apoio razoavelmente consolidado à democracia em países latino-americanos. No entanto, seguindo a mesma linha que Mishler e Rose (2001), os autores visam relativizar esses índices, problematizando as atitudes comumente auferidas em *surveys* e associadas à adesão democrática. Segue-se que é perfeitamente possível que a afirmação de que a despeito de todos seus problemas a democracia é a melhor forma de governo coexista com o entendimento de que a democracia poderia ser colocada “em suspenso” pelos militares, se esses tivessem as condições de mitigar os principais problemas da sociedade, por exemplo. Assim, segundo os autores, seria preciso avaliar a consistência das atitudes de democratas, aqueles que apoiam à democracia, contrastando seu apoio com determinados entendimentos incompatíveis com o regime democrático, como o exemplo anterior. Faz-se um esforço similar no trabalho de Moisés e Carneiro (2008) que

tratou de democratas ambivalentes. Com isso, Fuks et al. (2016) exploram quatro ondas do LAPOP – 2006, 2008, 2010 e 2012 – com este intuito: detalhar o quão consistentemente brasileiros se posicionam a favor da democracia.

O debate se insere, mais uma vez, na chave culturalista em que para se viabilizar, a democracia requer certa dose de apoio e adesão de cidadãos para manter-se, ainda que não exista, conforme apontado pelos autores, um consenso acerca de quais seriam as características chave desse apoio que denotariam as condições para manutenção desse regime. A consistência desse apoio é importante, por conseguinte, pois a convergência entre o rechaço a outros regimes de governo e a práticas antidemocráticas sinalizaria para um apoio “intrínseco” ao regime, não “conjuntural” como quando o apoio à democracia está sujeito à popularidade do governo ou políticas econômicas, como alguns estudos apontam em referência ao caso de democracias africanas (BRATTON; MATES, 2001).

Vale destacar que sucedendo à problematização conceitual do apoio à democracia no Brasil, os autores tornam essa adesão mais complexa ao reconhecer que esse apoio é multidimensional. Não só na linha do que o trabalho de Norris (1999, 2011) já apontara, mas nas diferentes dimensões que compõem o apoio à própria democracia. Em outras palavras, além das cinco dimensões de apoio à democracia elencadas por Norris (1999, 2011), a segunda dimensão, especificamente, os princípios democráticos seriam compostos por quatro níveis internos de apoio: o primeiro seria a adesão aos procedimentos de escolha, como a defesa de que políticos devem ser eleitos apenas por eleições livres; o segundo seria o que chamam de adesão normativa ao voto, atribuindo-lhe alta importância na participação política; o terceiro seria a adesão ao princípio da participação

política, reconhecendo “quão importantes e legítimas são as diferentes formas de participação política” (FUKS et al., 2016, p. 206); por fim, o quarto nível é a adesão ao princípio da representação política, reconhecendo a centralidade e importância que partidos políticos têm para o funcionamento do regime democrático.

É digno de nota que, muito embora o foco deste trabalho seja a opinião de democratas brasileiros, o próprio contingente destes é inferior à totalidade de democratas na América Latina, proporcionalmente. Em 2012, 76,3% dos latino-americanos eram democratas, enquanto no Brasil os democratas correspondiam a 65,9%, a maior diferença nas quatro ondas analisadas.

Essa diferença se perpetua na adesão aos procedimentos de escolha, ainda que como na adesão à democracia *per se*, a diferença seja pequena, no mesmo sentido e com a maior parte dos brasileiros, 73%, em oposição a 75,3% na América Latina, aderindo a esse nível, isto é, rejeitando um golpe militar em função de eventual quadro de alto desemprego, criminalidade ou corrupção. O quadro se repete nos níveis de adesão ao voto, a protestos e a partidos, mas a diferença apresentada entre democratas brasileiros e latino-americanos é virtualmente nula. Vale destacar inclusive que a adesão à função representativa se dá em patamares inferiores dos demais níveis, especificamente, 57,5% e 57,7% de latino-americanos e brasileiros, respectivamente, acreditam que é possível haver democracia sem partidos políticos.

Em suma, o estudo ilustra que os brasileiros democratas não estão consistentemente alinhados a valores compatíveis com o regime democrático, sugerindo que pesquisadores interessados devam tratar com cautela o valor de face de questionários que apontam um alto índice de adesão à democracia no Brasil.

Hipóteses de Socialização

No âmbito da hipótese da socialização, Borba, Gimenes e Ribeiro (2015) revisitam os perfis básicos descritos por Dalton (2013) dos eleitores nos Estados Unidos ou nas democracias avançadas, em geral. O último afirma que há em curso a emergência de um tipo de eleitor apertidário, escolarizado e simpático à política que difere do partidário tipicamente presente nos anos 1960 nessas democracias.

Assim, a identificação desse tipo de eleitor poderia ser importante para o contexto brasileiro, dado o crescimento do acesso ao sistema de ensino desde a democratização e o crescente índice de indivíduos apertidários no país. Utilizando o LAPOP de 2006, 2008, 2010 e 2012, Borba, Gimenes e Ribeiro (2015) encontram que a maior parte do eleitorado brasileiro é composta por independentes apolíticos, ou seja, indivíduos que não têm preferência partidária, tampouco interesse pela política. Logo, pode-se esperar nesses um menor interesse e engajamento na política.

Conforme a expectativa, o perfil apertidário está fortemente associado à aderência à democracia, à busca por informações políticas, à eficácia política, ao comparecimento eleitoral e à participação em protestos. Sobre todas essas variáveis, o menor efeito desse perfil se dá sobre a aderência à democracia, onde ser apertidário aumenta em 108,4% as chances de ser aderente ao regime, ao passo que pertencer ao grupo aumenta em 559% as chances de participar em um protesto.

Ainda à luz do aumento do acesso à educação no país, Schlegel (2013) trata dos retornos políticos obtidos a partir da educação. O autor encontra que de fato a educação tem um efeito positivo sobre a preferência pela democracia, pelo interesse sobre a política e sobre a participação em manifestações,

entre outros fatores. Contudo, esses retornos políticos foram menores com o tempo e à medida que se ascendia no sistema educacional: enquanto em 1989 ter o ensino fundamental completo aumentava em 36%, aproximadamente, as chances de se preferir a democracia, em relação àquele que tem o fundamental incompleto, em 2006, esse efeito caiu para 7,3%. Vale dizer que sobre confiança em partidos políticos, a escolaridade foi significativa, de modo que, em relação àquele que tinha o fundamental incompleto, ter o fundamental completo, cursado o ensino médio ou ter o ensino superior aumentava, respectivamente, 19,2%, 48,1% e 129% as chances de se confiar em partidos políticos, em 1993.

Dias e Kerbaui (2015) também tratam da escolaridade. Tida como uma variável que transforma politicamente a participação, o engajamento e o conhecimento, busca-se, ao analisar os dados do ESEB 2014, investigar como o comportamento político de brasileiros é afetado por essa variável. Os autores encontram, no caso, que a escolaridade afeta positivamente o costume de se ler jornal, a participação política em atividades “tradicionais”, como assinar um abaixo-assinado, participar de manifestações ou greves, e o apoio à democracia. Ainda que ilustrativo do impacto que esse fator tem sobre atitudes caras ao culturalismo, é notória a lacuna da literatura em ser capaz de fazer um balanço sobre o efeito que uma variável como a educação, por exemplo, tem, algo evidente à luz da grande quantidade de conclusões que poderiam ser extraídas dos últimos atores citados. Passa-se ao leitor a impressão que os estudos repetem exaustivamente modelos estatísticos e que os trabalhos não conversam entre si, inviabilizando uma conclusão geral e definitiva acerca dos efeitos que essas variáveis têm sobre a adesão à democracia ou a confiança em instituições.

Ainda sob a perspectiva da socialização e na linha do trabalho de Converse (1969), a idade também teria uma importância fundamental para modelos culturalistas no Brasil. No caso, a longa e razoavelmente recente tradição autoritária brasileira cria questionamentos de como os valores democráticos foram socializados diferentemente entre gerações que vivenciaram um regime autoritário, em relação àqueles que viveram apenas sob a legalidade de um regime democrático. Jovens poderiam ser mais apegados à democracia, conforme aduz a teoria (ROKEACH, 1968; ALMOND; POWELL JUNIOR, 1972), ao passo que pessoas mais velhas, socializadas no ambiente da ditadura poderiam ser refratárias aos valores associados ao regime democrático.

Ribeiro (2007) se ocupa com esse fator: utilizando o WVS em suas ondas de 1995 e 1997, o autor testa se, à luz da teoria da socialização em que indivíduos forjam sua identidade política, principalmente em seus primeiros 20 anos, pessoas com até essa idade seriam mais propensas a apoiar a democracia ou a compartilhar atitudes que contribuem para a sustentação do regime, já que seriam esses indivíduos que menos viveram sob a ordem autoritária.

Entretanto, Ribeiro (2007) não é capaz de encontrar evidências robustas nesse sentido. A idade estava parcamente associada à confiança institucional, ao apoio à democracia e ao ativismo voluntário. Porém, pode-se argumentar que outras variáveis estão associadas a essas atitudes, de modo que importaria saber qual jovem apoia a democracia. Hipoteticamente, os chamados valores de “autoexpressão” ou pós-materialistas seriam importantes determinantes do apoio à democracia. É nesse diapasão que se insere a agenda pós-materialista no Brasil.

Hipótese Pós-Materialista

Carneiro (2014) trata dos impactos do pós-materialismo sobre a confiança em partidos políticos, especificamente. Em primeiro lugar, vale destacar que, em perspectiva comparada, de acordo com os dados da 5ª onda do WVS, o Brasil apresenta mais confiança em partidos políticos do que Japão, Reino Unido, Itália, França, EUA, apenas para citar alguns. Em segundo lugar, destaca-se que não se evidencia significância estatística do pós-materialismo sobre confiança em partidos políticos, apesar de os modelos não se restringirem ao caso brasileiro.

Usando mais uma vez o WVS, Ribeiro (2008) também se debruça sobre a teoria. No caso, deve-se frisar de início que a quantidade de pós-materialistas no País é reduzida. Se considerarmos como pós-materialistas aqueles que priorizaram, nessa ordem, o aumento da participação dos cidadãos e proteger a liberdade de expressão, apenas 27,8% compartilhariam dos valores distintivos dessa teoria, seguindo uma tendência sul-americana de poucos pós-materialistas na região.

Ao analisar de que maneira esses valores afetam diversas atitudes e posicionamentos importantes para um regime democrático, os resultados apresentados são conflitantes e incipientes para a teoria pós-materialista novamente. Há uma fraca associação entre esses valores e o entendimento de que a democracia é a melhor forma de governo ou da avaliação de um regime militar – 21% dos pós-materialistas avaliam positivamente essa ordem autoritária –, por exemplo, contrariamente à teoria. Concomitantemente, pós-materialistas tendem a ser mais desconfiados das instituições e a ter menor deferência para com autoridades, conforme a teoria. Há ainda uma associação entre os valores pós-materialistas e maior participação política e os mesmos não parecem afetar a condenação

a um líder forte. Ademais, diferentemente do que prevê o modelo de Inglehart, indivíduos pós-materialistas no Brasil tinham uma probabilidade maior de participar de sindicatos ou partidos políticos, organizações hierárquicas que, em tese, seriam rechaçadas por cidadãos que compartilhassem desses valores.

Para o autor, os resultados apontam, entretanto, para um entendimento de que há uma tendência pró-democracia em cidadãos pós-materialistas no Brasil.

O simples fato dos pós-materialistas nacionais serem politicamente mais interessados e participativos nos parece fornecer algo promissor e favorável ao desenvolvimento democrático, pois indica a possibilidade de superação desse quadro de passividade e sujeição. (RIBEIRO, 2007, p. 245).

Mais à frente, o autor completa:

Na medida em que nossa jovem democracia ainda luta para consolidar-se efetivamente e o sistema partidário ainda mostra fragilidades relevantes, essa postura mista pode ser algo positivo na medida em que pressiona o sistema político com demandas mais genuinamente participativas e desafiadoras sem reivindicar a derrubada dos mecanismos de representação formalmente estabelecidos. (Ibid., p. 246).

Sob essa perspectiva, os pós-materialistas seriam os cidadãos críticos no Brasil (NORRIS, 1999, 2001). Aderentes à democracia, desconfiados das instituições e autoridades democráticas, eles se engajariam politicamente para o aprimoramento do regime. No entanto, não só o número de pós-materialistas no Brasil é reduzido, como Ribeiro (2008) dá uma importância reduzida aos resultados apresentados em seus testes, como análises fatoriais e regressões, de modo que não bastasse a reduzida associação entre diversas atitudes auferidas no WVS e os valores pós-materialistas, em relação à adesão à democracia e ao interesse pela política, por exemplo, o efeito

do pós-materialismo é menor do que o efeito produzido pela escolaridade.

Nota-se em seu estudo que a concentração de pós-materialistas é maior em indivíduos de renda elevada, conforme preconiza a teoria pós-materialista. Essa composição específica e os resultados apresentados engendram um questionamento básico, quando da análise dos efeitos que esse conjunto de valores pode produzir sobre diversas atitudes, tal qual a adesão à democracia. Se indivíduos pós-materialistas têm uma maior probabilidade de terem alto poder aquisitivo e nível de escolaridade, e a escolaridade aumenta a probabilidade do cidadão apoiar a democracia e de se engajar em diversas formas de participação política (DIAS; KERBAUY, 2015), quando se avalia que pós-materialistas dão maior apoio ao regime, se teria, na verdade, o simples efeito da escolaridade ou da renda sobre essa atitude, e não uma transformação valorativa que fundamenta o cerne da teoria pós-materialista, algo compatível com a inconsistência dos dados apresentados. Em suma, não só os dados não apresentam consistência, como há plenas condições de se inferir que o que se entende por valores de “autoexpressão” é, ao inverso, uma relação espúria.

Hipótese da confiança interpessoal

Partindo para a hipótese da confiança interpessoal, destaca-se o trabalho de Moisés (2007). Em 2006, 22,3% da população brasileira não tinha nenhuma confiança nos membros da sociedade brasileira em geral. Com efeito, a correlação da confiança interpessoal com algumas atitudes-chaves para o regime democrático, como preferência pela democracia ou com sua satisfação, mostra-se moderada. Paradoxalmente, a confiança interpessoal tem um efeito negativo sobre a eficácia política – reconhecimento de que o cidadão

tem alguma ingerência sobre o sistema político e suas decisões – sentida pelo cidadão e sobre a satisfação com a democracia.

Reis (2003) opta, por outro lado, por fazer uma reflexão acerca do conceito de capital social. Amplamente conhecido e estudado na Ciência Política, o conceito padeceria de uma imprecisão teórica e de uma incipiência metodológica que exigiriam uma revisão dessa linha de pesquisa, visão compartilhada por Santos e Rocha (2011). Obviamente partindo de Putnam (1997) o capital social emergiria de um círculo virtuoso desencadeado pela própria democracia.

A democracia, por sua vez, constituiria um ‘círculo virtuoso’ em virtude do fato de que o acatamento de regras impessoais [características de regime democráticos institucionalizados] de solução de disputas, uma vez estabelecido, pode gerar um estado de coisas no qual a violação dessas regras, mesmo que imediatamente proveitosa, pode tornar-se onerosa para aquele que a pratica, em virtude da retaliação dos demais. (PUTNAM, 1997, p. 163-185 apud REIS, 2003, p. 37).

Sendo assim, a confiança interpessoal apareceria a partir do momento que um regime democrático constrangesse os cidadãos a resolverem seus conflitos apenas por meio das regras do jogo democrático. O consenso seria tão sólido, a sanção social tão avassaladora que não haveria espaço para a violação dessas regras, cultivando confiança entre cidadãos. Tem-se aqui um dilema clássico do culturalismo. Por um lado, pode-se entender que a democracia criaria a cultura compatível com seus princípios, tornando-se continuamente mais estável. Por outro, pode-se discutir que o acordo e firmamento dessas regras só poderia ocorrer após certa dose de confiança dos cidadãos de que seus congêneres são dignos de confiança e, por conseguinte, existem condições para que as partes firmem um acordo e “fundem” um

regime democrático, numa perspectiva fortemente contratualista. Logo, não se sabe se a confiança interpessoal que alimenta a democracia ou o contrário.

Bem como a proposta do autor, esse mecanismo engendra dificuldades analíticas, já que a depender da construção do argumento do autor, chega-se a conclusões fundamentalmente distintas, e dificuldades metodológicas, afinal, a causalidade é dupla num “círculo virtuoso”, a confiança interpessoal serve de variável independente para o apoio à democracia e vice-versa. Afora as intrincadas questões de operacionalização do conceito em foco. Emblemático disso é que, como cita Reis (2003), não obstante toda a teoria de Putnam (1997) estar assentada sobre extensa obra empírica, inexistente mensuração empírica do conceito de confiança em seu livro.

Hipóteses avaliativas

Carneiro (2014) também analisa duas hipóteses importantes para modelos racionalistas, tanto os efeitos institucionais quanto a diferença que poderia derivar de um indivíduo “vencedor” em relação a um “perdedor” na relação com partidos políticos. Parlamentarismo, federalismo, multipartidarismo moderado e sistema eleitoral majoritário estão positiva e sistematicamente associados a maior confiança em partidos políticos; contudo, como apontado anteriormente, esse tipo de resultado deveria ser tomado com precaução na medida em que esses conceitos não deslindam as regras de participação e competição política que efetivamente operam e distinguem os diferentes arranjos institucionais. Ademais, aqueles que votaram no partido vencedor têm 34,8% mais chances de se confiar em partidos políticos, indicando que o efeito “partidário” da hipótese de avaliação institucional se faz presente no caso brasileiro.

Um achado interessante se encontra no trabalho de Carneiro e Moisés (2015). Conjuntamente, os autores encontram, num modelo agregado, que ser apertadário e ser um “perdedor” aumentam as chances de se desconfiar de partidos políticos, conforme a onda de 2011 do Latinobarômetro, porém o número efetivo de partidos políticos também. Um acréscimo no número de partidos efetivos aumenta em 40% as chances de se desconfiar de partidos políticos. Discute-se, entretanto, se não seria preciso controlar, em modelos agregados, a influência do caso brasileiro, já que o país apresenta o maior índice de número efetivo de partidos – 11,21% e 10,36% no eleitorado e no congresso, respectivamente – superando a Colômbia, segunda colocada, com quatro partidos efetivos, aproximadamente, a menos que o Brasil. Mesmo assim, essa parece uma estratégia mais profícua para a investigação de como instituições afetam as avaliações e atitudes da opinião pública, sob a perspectiva da avaliação institucional.

Por fim, bem como nos estudos internacionais, a performance econômica está positivamente associada à confiança em partidos políticos e apoio político a diversas dimensões de apoio à democracia (MOISÉS, 2013). Destaca-se no Brasil também a importância da percepção da corrupção – sob o escopo da avaliação procedimental – sobre diversas dimensões de apoio à democracia.

Sobre o fenômeno de adesão à democracia no Brasil, tem-se, à luz dos resultados coletados, que tanto fatores culturais quanto racionalistas ou avaliativos afetam a adesão à democracia no Brasil ou a confiança em partidos políticos.

Especificamente, as análises apontam a necessidade da adoção de modelos explicativos que articulem, de forma efetiva, as duas respectivas [racionalista e culturalista], no sentido de integrar

os referenciais culturais e valorativos a indicadores institucionais e referenciais econômicos objetivos. As reflexões apresentadas indicam que a explicação do fenômeno de desconfiança política no Brasil, assim como a de um conjunto de outras atitudes relacionadas aos posicionamentos dos indivíduos a respeito do regime democrático, têm natureza multidimensional e recorrem a valores e avaliações objetivas, como a percepção da economia, da política e dos governos do momento. (MOISÉS; MENEGUELLO, 2013, p. 363).

No entanto, todas essas hipóteses partem do pressuposto de que a cultura importa para a estabilidade democrática, deixando o debate interno entre racionalistas e culturalistas, parte-se agora à crítica institucionalista à essa premissa fundamental da Cultura Política, buscando possivelmente encontrar formas de contribuir para o avanço no campo.

A crítica institucionalista e os desafios ao culturalismo

Como se pode ver, o lugar da opinião pública é, como não poderia deixar de ser, privilegiado no culturalismo. A relação dela com a democracia, bem como seus valores, podem afetar, nessa vertente, tanto a confiança em partidos políticos como a própria estabilidade do regime democrático *per se*. Para Filgueiras (2007), a confiança é fundamental para avaliar a virtude que as instituições democráticas inspiram na sociedade.

O ato de confiar, de acordo com os autores [Eisengberg e Feres Júnior, 2006], torna-se uma espécie de poder constituinte permanente, conforme a formação e a composição das instituições e o modo como elas são avaliadas pela própria comunidade política. A confiança nas instituições políticas carrega essa avaliação permanente, sendo um tema essencial, desse modo, a uma abordagem da república em sociedades plurais e complexas. [...] A crítica republicana ao liberalismo, nesse sentido, pode ser enriquecida se tomar o tema da construção da *confiança em instituições como um tema central da estabilidade política* e da avaliação das virtudes. (Filgueiras, 2007, p. 882-883, grifo nosso).

É evidente, portanto, que de diversas formas, implícita ou explicitamente, a adesão à democracia é tida como fundamental, no culturalismo, para a estabilidade democrática, elaborando diversos modelos que buscariam explicar o apoio, ou a falta de, à comunidade política, aos princípios do regime, à sua performance, suas instituições e autoridades (NORRIS, 2011). No entanto, vale explorar as críticas feitas a essa premissa distintiva do culturalismo, não só para obter um quadro mais complexo do campo, como para refletir sobre suas perspectivas.

O embate proposto por Przeworski, Cheibub e Limongi (2003) é um que coloca no centro a premissa fundamental do culturalismo – a de que a cultura política importa para a estabilidade democrática. A crítica se volta àqueles estudos que partem do pressuposto que certa socialização de valores é condição fundamental para que uma democracia sobreviva ao longo do tempo em dada comunidade política. O artigo é permeado por uma extensa lista de complicações metodológicas e teóricas que o culturalismo tem dificuldades em enfrentar e responder, ao mesmo tempo que propõe uma explicação alternativa, calcada em fatores econômicos e institucionais, que fornecem, sobre evidências empíricas, argumentos para afirmar que a estabilidade democrática está correlacionada com a riqueza geral daquela comunidade.

O argumento é um ataque direto ao culturalismo. Desde uma de suas obras mais importantes, *The civic culture*, de Almond e Verba (1989), em que a cultura política participativa seria condição para o florescimento de um conjunto democrático de instituições, até trabalhos mais recentes que focam na confiança ou adesão à democracia para inferir sobre as perspectivas de curto, médio e longo prazos desse sistema político. Logo, a proposta de Przeworski, Cheibub e Limongi

(2003) é de fornecer uma explicação não-culturalista para a estabilidade democrática.

Sob a perspectiva dos autores, existiria a visão culturalista “fraca”, da qual Mill (1991) é filiado, onde apesar da importância de uma cultura democrática para a emergência de um sistema democrático, a ideia de que certo sistema de crenças é fundamental para a estabilidade do regime é menos intensa, dada a maleabilidade de uma “cultura política”, viabilizando a emergência de uma cultura democrática em ambientes autoritários, por exemplo. Por outro lado, existiria a perspectiva culturalista “forte”, mais afeita e arraigada aos trabalhos de Almond e Verba (1989), chegando ao extremo, em alguns casos, de afirmar que certas culturas, imersas em contextos religiosos específicos, seriam incompatíveis com a democracia.

Os autores apontam que o culturalismo teria dificuldades de definir “os traços da cultura que têm importância para a forma de governo” (PRZEWORSKI; CHEIBUB; LIMONGI, 2003, p. 11), algo que ressoa com a extensa profusão de variáveis dependentes e independentes em modelos culturalistas. Consequentemente, esses modelos têm dificuldades em “determinar os elos causais entre economia, instituições políticas e cultura” (Ibid., p. 11), dificuldades essas que foram reproduzidas nas formas mais “fortes” ou rígidas do culturalismo, até a teoria da modernização contemporânea que associa a democracia a estágios de desenvolvimento “civilizatório”, supostamente afeito e pronto para que um sistema democrático seja exitoso.

Além das críticas teóricas que são extensamente arroladas pelos autores, existiriam críticas metodológicas. Afinal, trabalhos culturalistas como o de Inglehart (1999) apresentariam forte viés de seleção ao focar suas análises nos casos de democracias duradouras (aquelas do continente europeu e/ ou norte-americano). As questões metodológicas apenas

dificultariam ainda mais a explicitação do sentido da causalidade, segundo os autores. Isto é, seria, como preconiza o culturalismo, certo conjunto de valores a condição fundamental para o surgimento da democracia e sua sobrevivência ou a própria democracia inculcaria seus valores? Dito de outra maneira, o culturalismo não seria capaz de definir se os democratas que criam a democracia ou o contrário, mesmo problema de que padece a hipótese da confiança interpessoal, como já visto.

Se o culturalismo tem dificuldades em identificar quais traços culturais importam para a estabilidade democrática, aparecem decisões teóricas confusas e imprecisas a respeito de quais fatores importariam, de fato, para a manutenção desse regime. Por exemplo, a confiança institucional seria questionada pelos autores à luz de qual seria a conduta que deveria ser reproduzida por cidadãos num regime democrático. Estes deveriam confiar em partidos políticos, como defenderiam culturalistas, já que isso refletiria certa aquiescência ou consentimento para com essas instituições, viabilizando o regime, ou deveriam, ao contrário, desconfiar deles para manter uma postura vigilante e fiscalizadora? Esse é um questionamento similar àquele feito por Hardin (1999), onde a queda recente na confiança em partidos políticos poderia ser interpretada como um sinal de sofisticação do eleitorado daquele país que percebeu a vulnerabilidade que possuía em relação a essas instituições. Faz-se um paralelo, concomitante, ao trabalho de Sztompka (1999) que questiona a tendência normativa – e presente na Cultura Política – de se considerar a confiança eminentemente positiva, já que confiar numa entidade que não é digna de confiança representa um risco imprudente e descabido, tornando a desconfiança positiva nessa relação. Por isso inclusive que o autor afirma que o regime democrático institucionalizou a desconfiança desde a separação de poderes até o mecanismo do voto.

Essas decisões teóricas imprecisas desembocariam na arbitrariedade de alguns estudos de definir quais componentes culturais inviabilizariam a democracia. Desde a obra sobre a ética protestante de Max Weber que associa o ascetismo protestante à ética do capitalismo, essa linha argumentativa pode definir *ex ante* qual traço cultural frustra pretensões democráticas, ora associando o islamismo ao autoritarismo, ora o confucionismo à ditadura. Isto é, conclui-se que um país é autoritário e já se parte para os fatores culturais que teriam feito daquele país uma comunidade condenada à ditadura, na vertente “forte” do culturalismo.

Pode-se achar elementos em toda cultura, o protestantismo incluído, que parecem compatíveis e outros que parecem incompatíveis com a democracia. A legitimação protestante da desigualdade econômica, para não falar da própria ética do interesse próprio, oferece uma base moral pobre para a convivência e a solução de conflitos de maneira pacífica. Outras culturas são autoritárias mas igualitárias, hierárquicas mas respeitadas do direito de rebelião, comuns mas tolerantes da diversidade, e assim por diante. É escolher e pegar. (PRZEWORSKI; CHEIBUB; LIMONGI, 2003, p. 28).

Por isso os autores oferecem o que chamam de resposta não-culturalista, calcada em fatores institucionais, como a extensão do controle legislativo de um partido político, e a renda per capita de um país. A explicação dos autores é sustentada sobre evidências empíricas e ampla coleção de dados. O argumento é de que o prêmio de se vencer uma disputa política, via ditadura, é menor se a renda daquele país é maior, pois se arrisca obter toda a renda discricionária sob o controle do Estado, com a destruição de todo estoque de capital. Em países ricos, isso elevaria o custo da reconstrução após uma luta política por uma opção autoritária, desmotivando os atores políticos a recorrerem a qualquer alternativa fora das regras acordadas entre os

concorrentes. Especificamente, analisando dados de 135 países entre os anos de 1950 e 1990, a probabilidade de que uma democracia prospere, num país cuja renda per capita é inferior a US\$1.000 é de 12%, enquanto “acima de 6.000 dólares, as democracias podiam esperar durar para sempre” (Ibid., p. 22).

A plausibilidade dessa explicação não-culturalista é incontestada, em especial fundamentada por considerável número de evidências empíricas. Porém, considerando que a perspectiva culturalista “forte” tem dificuldades de distinguir aqueles traços que seriam fundamentais para a estabilidade democrática, chegando à arbitrariedade de definir quais componentes seriam compatíveis ou incompatíveis com a democracia, parece-nos problemática a afirmação que, por exemplo, a ampla desconfiança em partidos não tenha efeito algum sobre esse sistema, ainda que não se ameace a própria existência do regime. Em outras palavras, a crítica institucionalista ou a resposta não-culturalista à estabilidade democrática proposta por Przeworski, Cheibub e Limongi (2003) ilustra como foge do escopo do culturalismo a explicação de como a democracia se perpetua ao longo do tempo, mas exigem a reflexão acerca do que, então, é afetado pela cultura política. Eventuais linhas de pesquisa que restrinjam o impacto da cultura política a questões específicas da democracia, como a apresentação de candidatos ao eleitorado por partidos políticos, por exemplo, nos parece promissor.

Diferentemente de Filgueiras (2007, p. 876), que coloca a confiança como central para que a opinião pública determine as “virtudes de determinado arranjo institucional”, Inglehart e Welzel (2007 apud SOUSA, 2012) isolam esses efeitos a flutuações da opinião pública, realçando ou enfraquecendo a candência política de determinados temas, apresentando

mudanças paradigmáticas da participação política ou ainda criando novas narrativas ou bases para que novos conflitos apareçam ou antigos sejam solucionados.

No entanto, o desenvolvimento econômico é apenas um dentre de um número de fatores históricos que influenciam as diferenças culturais na satisfação de vida. Igualmente, a satisfação política flutua em resposta a eventos econômicos e políticos em curso. Mas, é claro que um componente cultural significativo está presente debaixo dessas flutuações. Instituições democráticas parecem depender de traços culturais permanentes, tais como a satisfação de vida e confiança interpessoal. Baixos níveis de satisfação tornam mais prováveis a rejeição do sistema político existente e o apoio a partidos de extrema direita ou esquerda. (Ibid., p. 15).

Inglehart e Welzel (2007) apontam como o deslocamento da opinião pública afeta, por exemplo, a visibilidade de um determinado interesse político ou a emergência de uma nova narrativa interpretativa dos conflitos presentes em dada comunidade política. Num contexto de generalizada desconfiança de partidos políticos, como o brasileiro, cria-se espaço para que uma narrativa “antipolítica” apareça, já que a hostilidade a essas instituições é amplamente difundida. Sob essa chave analítica, a emergência de candidatos *outsiders* ou antissistema parece particularmente uma reação a essa desconfiança.

Poder-se-ia questionar, inclusive, o quão importante é a desconfiança sobre

a aceitação do resultado de eleições por parte de partidos perdedores de eleições nacionais. Afinal, a crescente hostilidade a partidos ou a figuras políticas específicas pode criar condições para que os resultados eleitorais sejam questionados, dado que os derrotados percebem uma oportunidade de capitalizar sobre essa hostilidade sobretudo em países não desenvolvidos, de renda média, compatível com a resposta não culturalista de Przeworski, Cheibub e Limongi.

É nesse diapasão que o culturalismo parece encontrar espaço para requalificar sua linha de pesquisa, isto é, na compreensão de que maneira certas atitudes afetam as estratégias de atores políticos, estejam eles na sociedade civil ou no Estado, se distanciando da arbitrariedade de definir quais componentes inviabilizariam por completo um sistema tão complexo e historicamente constituído, como a democracia, e definindo quais traços culturais especificamente afetam diferentes aspectos e dimensões do regime democrático. Analisar, por exemplo, quais atitudes ou valores culturais estão contribuindo para o fortalecimento de candidaturas de *outsiders* já representaria um importante avanço para compreender um problema central que aflige democracias consolidadas ou recentes. O culturalismo poderia se aproveitar dessa crítica para revelar mecanismos causais que se distanciem de uma simples relação bivariada entre cultura política e democracia.

Referências

- ALMOND, G.; POWELL JUNIOR, B. *Uma teoria da política comparada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- ALMOND, G.; VERBA, S. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. London: SAGE, 1989.
- BORBA, J.; GIMENES, É. R.; RIBEIRO, E. A. Bases sociais, atitudinais e comportamentais do apartidarismo brasileiro. *Novos Estudos – CEBRAP*, São Paulo, n. 101, 2015.
- BRATTON, M.; MATTES, R. Support for democracy in Africa: intrinsic or instrumental? *British Journal of Political Science*, Cambridge, v. 31, n. 3, p. 447-474, 2001.

- CARNEIRO, G. P. Consenso e representação na democracia: uma análise individual e sistêmica do apoio aos partidos políticos em perspectiva comparada. In: MOISÉS, J. A. (Org.). *O Congresso Nacional, os partidos políticos e o sistema de integridade: representação, participação e controle interinstitucional no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2014.
- CARNEIRO, G. P.; MOISÉS, J. A. Sobre o enraizamento dos partidos políticos na sociedade brasileira. *Interesse Nacional*, ano 7, n. 28, 2015.
- CONVERSE, P. E. Of time and partisan stability. *Comparative Political Studies*, v. 2, n. 2, p. 139-171, 1969.
- DALTON, R. J. *The apartisan American: dealignment and changing electoral politics*. Washington, DC: SAGE, 2013.
- DALTON, R. J.; WATTENBERG, M. P. *Parties without partisans: political change in advanced industrial societies*. Oxford: Oxford University, 2000.
- DALTON, R. J.; WELDON, S. A. Public images of political parties: a necessary evil? *West European Politics*, London, v. 28, n. 5, p. 931-951, 2005.
- _____. Partisanship and party system institutionalization. *Party Politics*, v. 13, n. 2, p. 179-196, 2007.
- DIAS, A. L. V.; KERBAUY, M. T. M. Engajamento cívico e escolaridade superior: as eleições de 2014 e o comportamento político dos brasileiros. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 23, n. 56, 2015.
- EASTON, D. A re-assessment of the concept of political support. *British Journal of Political Science*, Cambridge, v. 5, n. 4, p. 435-457, 1975.
- FILGUEIRAS, F. República, confiança e sociedade. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 4, 2007.
- FREIRE, A. Engajamento cívico e capital social: um modelo interativo para o efeito da confiança interpessoal. *Opinião Pública*, Campinas, v. 20, n. 2, 2014.
- FUKS, M.; CASALECCHI, G. A. Trust and political information: attitudinal change in participants in the youth parliament in Brazil. *Brazilian Political Science Review*, Brasília, DF, v. 6, n. 1, 2012.
- FUKS, M. et al. Qualificando a adesão à democracia: quão democráticos são os democratas brasileiros? *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, DF, n. 19, p. 199-219, 2016.
- GUNTHER, R.; MONTERO, J. R. The multidimensionality of political support for new democracies. In: TORCAL, M.; MONTERO, J. R. (Org.). *Political disaffection in contemporary democracies: social capital, institutions, and politics*. London: Routledge, 2006. p. 46-78.
- GUNTHER, R.; MONTERO, J. R.; LINZ, J. J. *Political parties: old concepts and new challenges*. Oxford: Oxford University, 2002.
- HARDIN, R. Do we want trust in government? In: WARREN, M. E. (Org.). *Democracy and trust*. Cambridge: Cambridge University, 1999. p. 22-41.
- HUBER, E.; STEPHENS, J. *Democracy and the left: social policy and inequality in Latin America*. Chicago: The University of Chicago, 2012.
- INGLEHART, R. F. Postmodernization erodes respect for authority, but increases support for democracy. In: NORRIS, P. (Org.). *Critical citizens: global support for democratic governance*. Oxford: Oxford University, 1999. p. 236-256.
- INGLEHART, R.; FLANAGAN, S. C. Value change in industrial societies. *The American Political Science Review*, v. 81, n. 4, p. 1289-1319, 1987.

- KLINGEMANN, H. D. Mapping political support in the 1990s: a global analysis. In: NORRIS, P. (Ed.). *Critical citizens: global support for democratic government*. Oxford: Oxford University, 1999. p. 31-56.
- KORSTANJE, M. Procesos políticos en América Latina: una perspectiva sobre la forma de ver la democracia de los latinoamericanos. *Revista de Sociología e Política*, Curitiba, n. 29, nov. 2007.
- LJPHART, A. *Modelos de democracia*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.
- LISTHAUG, O. Political disaffection and political performance: Norway, 1957-2001. In: TORCAL, M.; MONTERO, J. R. (Org.). *Political disaffection in contemporary democracies: social capital, institutions, and politics*. London: Routledge, 2006. p. 215-243.
- MANIN, B. *The principles of representative government*. Cambridge: Cambridge University, 1995.
- MCALLISTER, I. The economic performance of governments. In: NORRIS, P. (Org.). *Critical citizens: global support for democratic governance*. Oxford: Oxford University, 1999. p. 188-203.
- MISHLER, W.; ROSE, R. Trust, distrust and skepticism: popular evaluations of civil and political institutions in post-communist societies. *The Journal of Politics*, Chicago, v. 59, n. 2, p. 418-451, 1997.
- _____. Political support for incomplete democracies: realist vs idealist theories and measures. *International Political Science Review*, v. 22, n. 4, 2001.
- MOISÉS, J. A. A desconfiança nas instituições democráticas. *Opinião Pública*, Campinas, v. 11, n. 1, 2005.
- _____. Democracy, political trust and democratic institutions (the case of Brazil). Oxford: Oxford University, 2007.
- MOISÉS, J. A.; CARNEIRO, G. P. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime – o caso do Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, v. 14, n. 1. 2008
- _____. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. In: _____. (Org.). *Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?* São Paulo: EDUSP, 2010. p. 77-122.
- _____. Os significados da democracia segundo os brasileiros. In: MOISÉS, J. A.; MENEGUELLO, R. (Org.). *A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia*. São Paulo: EDUSP, 2013.
- MILL, J. S. *Considerations on representative government*. New York: Prometheus, 1991.
- MILLER, A.; LISTHAUG, O. Political Performance and Institutional Trust. In: NORRIS, P. (Org.). *Critical citizens: global support for democratic governance*. Oxford: Oxford University, 1999. p. 204-216.
- MOISÉS, J. A.; MENEGUELLO, R. O papel da confiança para a democracia e suas perspectivas. In: _____. (Org.). *A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia*. São Paulo: EDUSP, 2013.
- MONTERO, J. R.; GUNTHER, R. Reviewing and reassessing parties. In: GUNTHER, R.; MONTERO, J. R.; LINZ, J. J. (Org.). *Political parties: old concepts and new challenges*. Oxford: Oxford University, 2002.
- NEWTON, K. Social and political trust in established democracies. In: NORRIS, P. (Org.). *Critical citizens: global support for democratic governance*. Oxford: Oxford University, 1999. p. 169-187.
- _____. Institutional confidence and social trust. In: TORCAL, M.; MONTERO, J. R. (Org.). *Political disaffection in contemporary democracies: social capital, institutions, and politics*. London: Routledge. 2006. p. 81-100.
- NEWTON, K.; NORRIS, P. Confidence in public institutions: faith, culture or performance. In: ANNUAL MEETING OF THE AMERICAN POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION, 1999, Atlanta. *What's troubling the trilateral democracies?* Cambridge: Harvard University, 1999.

- NORRIS, P. *Critical citizens: global support for democratic governance*. Oxford: Oxford University, 1999.
- _____. *Democratic deficit: critical citizens revisited*. Cambridge: Cambridge University, 2011. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/pippanorris3/publications/books/democratic-deficits>>. Acesso em: 1 out. 2015.
- PRZEWORSKI, A.; CHEIBUB, J. A.; LIMONGI, F. Democracia e cultura: uma visão não culturalista. *Lua Nova*, São Paulo, n. 58, 2003.
- PUTNAM, R. D. Tuning in, tuning out: the strange disappearance of social capital in America. *Political Studies and Politics*, v. 28, n. 4, p. 664-683, 1995.
- _____. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- REIS, B. P. W. Capital social e confiança: questões de teoria e método. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 21, p. 35-49, nov. 2003.
- RENNÓ, L. Teoria da cultura política: vícios e virtudes. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 45, p. 71-92, 1998.
- RIBEIRO, E. A. Cultura política, instituições e experiência democrática no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 28, p. 205-215, jun. 2007.
- _____. *Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil*. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.
- ROKEACH, M. *Beliefs, attitudes and values*. San Francisco: Jossey-Bass, 1968.
- SANTOS, M. L.; ROCHA, E. C. Capital social e democracia: a confiança realmente importa? *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, n. 38, 2011.
- SARTORI, G. *Partidos e Sistemas Partidários*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- SOUSA, R. M. G. Institucionalismo ou culturalismo: quem explica a estabilidade democrática? In: ENCONTRO DA ABCP, 8., Gramado. *Instituições Políticas*. Gramado: ABCP, 2012.
- SZTOMPKA, P. *Trust: a sociological theory*. Cambridge: Cambridge University, 1999.
- SCHLEGEL, R. A educação brasileira e seus retornos políticos decrescentes. In: MOISÉS, J. A.; MENEGUELLO, R. (Org.). *A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia*. São Paulo: EDUSP, 2013. p. 175-200.
- TORCAL, M. Political disaffection and democratization history in new democracies. In: TORCAL, M.; MONTERO, J. R. (Org.). *Political disaffection in contemporary democracies: social capital, institutions, and politics*. London: Routledge, 2006. p. 157-189.
- TORCAL, M.; MONTERO, J. R. Political disaffection in comparative perspective. In: _____. (Org.). *Political disaffection in contemporary democracies: social capital, institutions, and politics*. London: Routledge, 2006. p. 3-20.
- TORCAL, M.; GUNTHER, R.; MONTERO, J. R. Anti-party sentiments in Southern Europe. In: GUNTHER, R.; MONTERO, J. R.; LINZ, J. J. (Org.). *Political parties: old concepts and new challenges*. Oxford: Oxford University, 2002. p. 257-290.

Resumo

Adesão à democracia: uma revisão literária das hipóteses presentes na cultura política

O artigo tem como objetivo fazer uma revisão bibliográfica da literatura que se debruça sobre o apoio à democracia ao captar as atitudes da opinião pública. Essa é uma literatura que parte de dois grandes marcos teóricos para mobilizar hipóteses que são formuladas em dois grandes polos, o racionalista e o culturalista. Sendo assim, após a introdução, a primeira seção trata do detalhamento desses marcos teóricos. Em seguida, exploram-se as hipóteses dentro dos modelos racionalistas e culturalistas, para finalmente desenhar as considerações finais, a partir da crítica institucionalista. Subjaz no artigo a compreensão de que a área da cultura política deve se distanciar de uma simples relação bivariada entre cultura política e estabilidade democrática, para temas mais específicos, ilustrando como certas atitudes afetam a estratégia de atores políticos de um regime democrático.

Palavras-chave: Adesão à Democracia; Apoio; Confiança; Opinião Pública; Cultura Política.

Abstract

Adherence to democracy: a literature overview of the hypotheses existent in the field of Political Culture

This article has the main goal to make a bibliographical revision of the literature that deals with adherence to democracy while measuring public opinion's attitudes. This is a field grounded on two well-known theoretical milestones, each of them offering hypotheses sketched out in two major subfields, the rationalist and the culturalist. Hence, after the introduction, the first section of this paper tries to thoroughly examine these two classical studies. On the sequence we explore the existing hypotheses in the two subfields mentioned, to finally draw our final remarks from an institutionalist perspective. It is implied that the major area of Political Culture must distance itself from a simplistic bivariate relation between political culture and democratic stability, moving towards a more specific agenda capable of illustrating how certain attitudes affect the strategies of different political actors in a democratic regime.

Keywords: Adherence to Democracy; Support; Trust; Public Opinion; Political Culture.

Résumé

Adhésion à la démocratie : une révision littéraire des hypothèses présentes dans la culture politique

L'article propose une révision bibliographique de la littérature qui aborde le soutien à la démocratie par la capture des attitudes de l'opinion publique. Il s'agit d'une littérature qui, à partir de deux grands repères théoriques, mobilise des hypothèses qui sont formulées sur deux grands pôles, le rationaliste et le culturaliste. Ainsi, la première section, juste après l'introduction, détaille ces repères théoriques. Sont ensuite explorées les hypothèses issues des modèles rationalistes et culturalistes. Puis, à partir de la critique institutionnaliste, sont présentées les conclusions. L'article sous-entend la compréhension que le domaine de la culture politique doit s'écarter d'une simple relation bivariée entre la culture politique et la stabilité démocratique, pour des thèmes plus spécifiques, qui illustrent de quelle façon certaines attitudes affectent la stratégie des acteurs politiques d'un régime démocratique.

Mots-clés: Adhésion à la démocratie ; Soutien ; Confiance ; Opinion publique ; Culture politique.